

LEIA AS INSTRUÇÕES COM ATENÇÃO

- A prova terá duração de **4 horas**.
- O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de material transparente, de **tinta preta**.
- O candidato deverá verificar se o Caderno de Questões está **completo**, sem falhas de impressão ou grampeamento. Em qualquer uma das situações citadas, comunicar e solicitar ao fiscal a devida substituição, **antes da realização da prova**.
- Durante a aplicação da prova, o candidato deverá manter na carteira, **exclusivamente** documento de identificação, caneta de material transparente de tinta preta, Cartão-Resposta e Caderno de Questões.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção.
- O preenchimento do Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas nele e na capa do Caderno de Questões
- **Não haverá substituição** do Cartão-Resposta.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico do mesmo.
- A saída do candidato será permitida decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, após entregar seu Cartão-Resposta, sem levar consigo o Caderno de Questões ou algum tipo de anotação de suas respostas.
- Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 30 minutos antes do término da prova.

Este Caderno de Provas é formado por 50 questões:

Disciplina		Peso
Língua Portuguesa	10	2
Legislação	10	2
Conhecimentos Específicos	30	2

Texto para as questões 01 a 03

A importância da Ética no ambiente de trabalho

Hoje, no Dia Internacional da Ética, reafirmamos a importância desse valor em todas as áreas de uma empresa. A ética no ambiente de trabalho envolve a adoção de valores e princípios, como a honestidade, transparência, respeito mútuo, integridade, garantias de direitos, responsabilidade socioambiental, entre outros que orientam as relações entre colaboradores e a empresa, assim como entre a empresa e seus clientes, fornecedores e a sociedade em geral.

Muitas empresas enfrentam desafios éticos no ambiente de trabalho, como assédio moral e sexual, discriminações, corrupção e o desrespeito às leis trabalhistas. Nesse cenário, é essencial que as empresas não só dialoguem na perspectiva axiológica e valorativa do conceito, mas que sejam proativas na promoção de uma cultura ética no ambiente de trabalho. Isso significa, principalmente, adotar medidas de prevenção, bem como desenvolver mecanismos para denunciar e combater todo e qualquer tipo de violação de direitos (dentro e fora da empresa).

Um dos aspectos fundamentais da ética no ambiente de trabalho é a promoção do trabalho decente. Isso envolve oferecer condições adequadas de trabalho, com respeito às normas de segurança e saúde ocupacional, assim como garantir remuneração justa e condições de trabalho dignas e livres de discriminações e violências. Além disso, o trabalho decente também implica oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, treinamento e capacitação, bem como valorizar e reconhecer o trabalho realizado pelos colaboradores.

O conceito de trabalho decente foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999 e, desde então, tem sido adotado por várias organizações e empresas ao redor do mundo. O objetivo do conceito é promover condições de trabalho justas e dignas para todas as pessoas, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, sustentável e principalmente, para a redução da pobreza.

Tal discussão merece destaque, uma vez que o Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho

escravo em 2023, recorde para um 1º trimestre em 15 anos. Só no ano de 2022 mais de 2,5 mil pessoas foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Brasil, sendo que o número de pessoas nessa condição subiu para 127% em relação a 2019[1]. E por trabalho escravo, nós temos que é todo trabalho forçado, com jornadas exaustivas, condições degradantes, remunerações incompatíveis e outras violações de direitos, ferindo o princípio e o valor da ética, que apesar de tantos avanços conceituais sobre e o quanto esse conceito está presente nos princípios e valores empresariais, ainda presenciamos uma contradição ao analisarmos as severas violações de direitos cometidas por empresas.

Nesse aspecto, em que há um aumento das desigualdades sociais, ambientais e econômicas, refletidas nos números alarmantes de resgates de trabalho análogo a escravidão e outras violações de direitos (Brasil é o 9º país mais desigual do mundo), é imprescindível que a ética (somada a outros princípios), assegure na prática, o respeito à vida e a promoção da dignidade humana para todas as pessoas. Mas, outros esforços precisam co-existir, como o aprimoramento dos mecanismos de compliance, que são fundamentais para a garantia do cumprimento das leis e regulamentos relacionados às leis trabalhistas e determinações internacionais.

Para implementar esses mecanismos, as empresas devem estabelecer políticas e procedimentos claros, realizar auditorias (em especial, a due diligence em direitos humanos) e monitoramentos para avaliar o cumprimento das leis e normas, bem como estabelecer canais de denúncia para que os funcionários, funcionárias e toda a comunidade envolvida na cadeia de valor, possam reportar eventuais violações.

Disponível em: <https://www.ethos.org.br/opinioes-e-analises/a-importancia-da-etica-no-ambiente-de-trabalho/>. Acesso em: 27 ago. 2026.

1. Analise as assertivas abaixo sobre a classificação das orações subordinadas em trechos do texto "A importância da Ética no ambiente de trabalho":

I. No trecho "...mecanismos de compliance, **que são fundamentais para a garantia do cumprimento**

das leis...", a oração destacada é classificada como subordinada adjetiva explicativa.

II. Na passagem "...é essencial **que as empresas não só dialoguem na perspectiva axiológica...**", a oração em negrito exerce a função de sujeito da oração principal, sendo, portanto, uma subordinada substantiva subjetiva.

III. No segmento "...**uma vez que o Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho escravo...**", a oração introduzida pela locução conjuntiva destaca uma consequência, classificando-se como subordinada adverbial consecutiva.

IV. No trecho "...estabelecer canais de denúncia **para que os funcionários [...] possam reportar eventuais violações.**", a oração destacada indica a finalidade da ação principal, classificando-se como subordinada adverbial final.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) assertiva(s):

- a) I e II
- b) III e IV
- c) I, II e III
- d) II e IV
- e) I, II e IV

2. Analise as assertivas abaixo sobre o emprego e a classificação de conectivos subordinados em trechos adaptados do texto "A importância da Ética no ambiente de trabalho":

I. No trecho "...valores e princípios **que** orientam as relações...", a palavra destacada é uma conjunção subordinada integrante, pois introduz uma oração que completa o sentido de um substantivo.

II. Na passagem "...é essencial **que** as empresas não só dialoguem...", a palavra em destaque é uma conjunção subordinada integrante, responsável por introduzir uma oração subordinada substantiva.

III. No segmento "...**uma vez que** o Brasil resgatou 918 vítimas...", a locução conjuntiva em destaque é classificada como subordinada condicional, pois impõe uma condição para a discussão merecer destaque.

IV. No trecho "...**para que** os funcionários [...] possam reportar eventuais violações", a locução destaca uma finalidade, sendo classificada como uma conjunção (locução) subordinada final.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) assertiva(s):

- a) II e IV
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II, III e IV

3. No trecho "Além disso, o trabalho decente também implica oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, treinamento e capacitação...", a regência da forma verbal "implica" está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa. Sobre esse fenômeno gramatical, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No sentido de "acarretar" ou "gerar consequência", o verbo deve ser seguido da preposição "em", constituindo um objeto indireto.
- b) O verbo é transitivo direto, o que justifica a ausência de preposição antes do complemento "oferecer oportunidades".
- c) Trata-se de um verbo bitransitivo (transitivo direto e indireto), exigindo obrigatoriamente a preposição "a" para o seu segundo complemento.
- d) A gramática normativa prescreve que, no sentido empregado no texto, o verbo "implicar" seja sempre acompanhado pela preposição "com".
- e) Por ser um verbo de ligação no contexto apresentado, o termo que o sucede deve ser classificado como predicativo do sujeito.

Texto para as questões 04 a 06

Ética não é opinião, nem circunstância

Você já ouviu falar em "*Ethical fading*"? Segundo o filósofo Mário Sérgio Cortella, a ética consiste em um conjunto de valores e princípios, uma espécie de juiz interno que regula três forças importantes de nossa vida: o querer, o poder e o fazer.

Enfrentamos uma batalha constante entre estas três forças. Este julgamento dinâmico interno não se relativiza a partir de nossa opinião e sim está conectado, relacionado aos valores e princípios da sociedade / comunidade na qual estamos inseridos. “A nossa opinião sobre o que é certo ou errado se subordina de certa forma às regras da comunidade que participamos, da empresa que trabalhamos, por exemplo”.

Tais regras, princípios e valores se alteram com o tempo, jurisdição e estágio de evolução da própria sociedade. A todo momento, novas complexidades se somam ao dicionário de princípios e valores, daí a dificuldade na tomada de decisão com foco em comportamento “ético”.

De uma maneira geral, as grandes crises e fraudes corporativas, tais como *Enron*, *WorldCom*, *Petrobras* na Lava-jato e, mais recentemente, o caso *Americanas*, entre tantas outras, não nasceram de grandes rupturas com os princípios éticos vigentes e sim de pequenos atos de permissividade, muitas vezes, no limite do que é legal. Isto acontece, na verdade, na nossa rotina diária. “A cada decisão, consultamos nosso juiz interno, que regula nosso querer, poder e fazer e aí então tomamos a decisão mais alinhada com nossos princípios e valores”. No entanto, sob pressão excessiva, liderança ausente ou ineficiente, cultura organizacional orientada ao resultado de curto prazo e não a criação de valor sustentável, os aspectos técnicos e materiais de nossas decisões podem fazer com que os aspectos éticos desvançam ou simplesmente desapareçam de vista. Denominamos esse processo de “*ethical fading*”, traduzível para português como o apagamento da ética.

Nesse modelo mental, pessoas aparentemente éticas encontram razões para contornarem seus princípios intrínsecos e tomarem decisões que podem colocar suas carreiras e mesmo suas empresas em risco. Considerações como “todos fazem isso”; “faremos somente desta vez”; “não é ilegal”; “os fins justificam os meios”; “tenho apoio total de meu gestor” ou “nesta empresa isso é normal” são sintomas claros de que o “*ethical fading*” está se instalando no processo decisório individual e corporativo. E o que é pior: esse processo tende a ser evolutivo. As pessoas acabam se sentindo confortáveis com pequenas concessões e, com o tempo, as transgressões se acumulam. Por fim, acabam destruindo carreiras e até mesmo empresas.

“Cabe à liderança disseminar e garantir a aplicação do conceito de que as circunstâncias e opiniões pessoais não devem ser colocadas acima dos princípios éticos”. Cabe a cada profissional zelar pela integridade de suas decisões, sejam elas de que magnitude forem. Aqui vale a máxima de que a ocasião não faz o ladrão, simplesmente o torna visível.

Na dúvida vale a pena seguir o pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant (1724–1804), um dos principais pensadores do Iluminismo, com grande foco na ética e metafísica: “Tudo o que não puder contar como fez; não o faça! Se há razões para não contar; há para não o fazer.”

Cuide para que o “*ethical fading*” não invada sua mente e, se você ocupa uma posição de liderança, cuide para que sua organização não seja tolerante com este terrível inimigo, mesmo quando estão em jogo os resultados e a performance de curto prazo. Não faça concessões fatais.

Jorge Sant’Anna é diretor-presidente e cofundador da BMG Seguros e membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Bancos.

Disponível em: <https://revista.istoedinheiro.com.br/etica-nao-e-opinio-nem-circunstancia>. Acesso em: 20 ago. 2026.

4. No trecho “A nossa opinião sobre o que é certo ou errado se subordina de certa forma às regras da comunidade...”, o acento indicativo de crase antes de “as regras”:

- a) É opcional, uma vez que a expressão “as regras” encontra-se no plural.
- b) Justifica-se porque toda palavra feminina deve ser precedida de crase, quando exerce função de objeto.
- c) Justifica-se em virtude da expressão “de certa forma”, que exige a presença da preposição a.
- d) Não obedece à norma culta da linguagem escrita predominante no texto.
- e) Ocorre porque o verbo “subordinar-se” é regido pela preposição a, que se funde ao artigo definido feminino plural as, que antecede a palavra regras.

5. Considere o trecho:

“Tais regras, princípios e valores se alteram com o tempo, jurisdição e estágio de evolução da própria sociedade”

A palavra “tais” estabelece uma relação com informações apresentadas anteriormente no texto, contribuindo para a progressão temática e para a coesão textual. Analise as afirmativas abaixo:

I. “Tais” é um advérbio de intensidade que modifica os substantivos “regras”, “princípios” e “valores”, indicando o grau em que essas características se apresentam.

II. “Tais” é um pronome demonstrativo empregado com função anafórica, pois retoma elementos anteriormente mencionados no texto, funcionando como recurso de referenciação e contribuindo para a coesão textual.

III. A expressão “tais”, referindo-se a regras, princípios e valores, retoma o conjunto de princípios e valores mencionado anteriormente, evitando uma repetição desnecessária e estabelecendo um elo coesivo entre as partes do texto.

Considerando sua função morfológica e discursiva, está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

6. O texto apresenta estruturas que representam depoimentos, como as que ocorrem em:

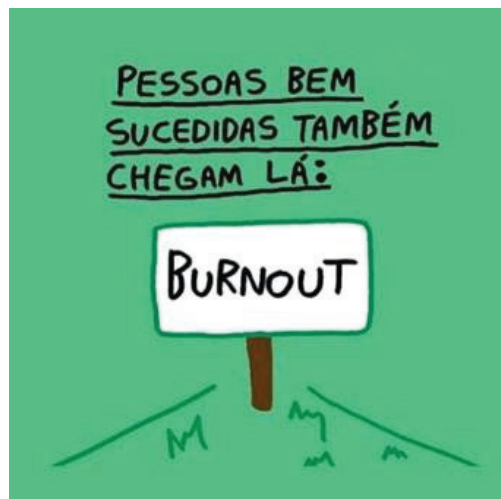
“... às regras da comunidade que participamos, da empresa que trabalhamos, por exemplo”

Considerando o gênero textual, o suporte em que o texto foi publicado, os interlocutores envolvidos e o tema discutido, é conveniente e adequado que seja empregada a linguagem culta, de acordo com

a norma-padrão da língua escrita. No entanto, em relação ao trecho destacado acima, verifica-se:

- a) A ocorrência de construções diferentes daquelas prescritas pela norma-padrão, comprovando que o autor do texto, nos trechos que marcam depoimentos, desconhece a língua.
- b) Usos linguísticos recorrentes na fala podem diferir da variedade formal prescrita pela norma-padrão da escrita, sem que isso signifique ausência de regras na variedade utilizada.
- c) É indiferente à variedade da língua empregada no texto, uma vez que se trata de depoimento, sendo, portanto, desnecessário o emprego de regência, de acordo com a variedade da norma culta escrita.
- d) O trecho descaracteriza a norma padrão culta da língua, uma vez que o autor deveria ter ajustado a construção para “às regras da comunidade de que participamos, da empresa em que trabalhamos”.
- e) Não apresenta qualquer problema quanto à norma culta da língua escrita, haja vista se tratar de um texto totalmente oralizado.

Texto para a questão 07



Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/richarduchoa_trabalhe-duro-e-voc%C3%AAA-chegar%C3%A1-1-%C3%A1-mas-ningu%C3%A9m-share-7287054027870101504-199j/. Acesso em: 23 ago. 2026.

7. Analise os itens relacionados ao trecho “Pessoas bem-sucedidas também chegam lá: burnout”, no que refere à produção de sentido e assinale a alternativa CORRETA.

I. A expressão “chegar lá” pode ser associada à ideia de alcançar o sucesso, atingir objetivos ou conquistar uma posição desejada. Entretanto, a palavra “*burnout*”, introduzida após os dois-pontos, provoca uma reinterpretação dessa expressão.

II. O enunciado mobiliza um discurso socialmente difundido, segundo o qual pessoas bem-sucedidas “chegam lá”, mas subverte essa expectativa, ao fazer “*burnout*” ocupar o lugar do destino. Desse modo, a referência de “lá” é ressignificada pelo contexto, produzindo ironia e crítica ao modelo de sucesso associado à pressão e ao excesso de trabalho.

III. O termo “*burnout*” funciona apenas como sinônimo de “sucesso”, reforçando positivamente a expressão “pessoas bem-sucedidas”.

IV. A construção do trecho não apresenta discursos socialmente compartilhados, pois seu sentido pode ser compreendido exclusivamente pela análise morfológica de seus termos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

Texto para a questão 08

O serviço público como motor de mobilidade social no Brasil

Em um país de desigualdades profundas, o serviço público sempre foi mais do que uma estrutura administrativa, sendo um dos raros caminhos capazes de promover verdadeira mobilidade social. Por meio do concurso público, o Brasil construiu um modelo que permite que o mérito e o esforço individual superem as barreiras impostas pela origem social. Enquanto o mercado de trabalho privado ainda depende fortemente de redes de contato, capital inicial ou oportunidades

concentradas em grandes centros, o concurso público oferece um caminho claro e impessoal. É uma política de Estado que abriu portas para milhões de brasileiros que, pela via tradicional, dificilmente teriam alcançado estabilidade financeira e reconhecimento profissional.

Nas últimas décadas, essa forma de ingresso permitiu que o Estado brasileiro se tornasse mais plural e representativo. Filhos de agricultores, de servidores, de operários e de trabalhadores informais encontraram no estudo a possibilidade de mudar de vida e, ao mesmo tempo, de servir ao país. Carreiras como magistério, segurança pública, auditoria fiscal e gestão administrativa são exemplos de como o serviço público abriga histórias de superação e ascensão baseadas no mérito.

A estabilidade e o plano de carreira, frequentemente mal interpretados como privilégios, são na verdade instrumentos que asseguram autonomia e continuidade. Eles garantem que o servidor possa exercer sua função com independência técnica, sem se submeter a pressões políticas ou mudanças de governo. A estabilidade é também o que torna essas carreiras atrativas para pessoas de diferentes origens, oferecendo segurança e perspectiva em um país em que a informalidade ainda atinge cerca de 40% da população economicamente ativa.

A valorização do servidor, portanto, não é apenas uma questão corporativa. É uma política pública de combate à desigualdade. Ao dar previsibilidade e dignidade a quem serve ao Estado, o serviço público contribui para reduzir as distâncias sociais e fortalecer as instituições.

Nos últimos anos, no entanto, esse modelo tem sido alvo de propostas que, sob o argumento da modernização, podem alterar profundamente sua lógica de mérito e estabilidade. A mais emblemática delas é a Reforma Administrativa (PEC 38/2025), que prevê mudanças estruturais no regime de vínculos e carreiras.

[...]

Mais do que discutir custos e estruturas, é preciso compreender o papel social que o serviço público cumpre na formação de um país mais justo. Ele não apenas sustenta políticas públicas, mas também representa um projeto de nação que reconhece o valor do esforço individual e da educação como caminhos de transformação. Preservar o concurso e a estabilidade é preservar

essa promessa de mobilidade, de dignidade e de progresso que o serviço público sempre simbolizou para o povo brasileiro.

Disponível em: <https://cnsf.org.br/artigos/o-servico-publico-como-motor-de-mobilidade-social-no-brasil>. Acesso em: 15 ago. 2026.

8. Em relação à construção morfossintática do trecho “Ele não apenas sustenta políticas públicas, mas também representa um projeto de nação que reconhece o valor do esforço individual e da educação como caminhos de transformação”, é CORRETO afirmar que:

- a) A estrutura “não apenas... mas também” estabelece uma relação de oposição, uma vez que a segunda oração é iniciada pela conjunção “mas”.
- b) O termo “também” funciona como conjunção coordenativa aditiva e estabelece, sozinho, a relação de adição entre as duas orações.
- c) A expressão “mas também” constitui uma estrutura correlativa de valor aditivo, articulando as ações expressas pelos verbos “sustenta” e “representa”.
- d) A expressão “mas também” fere as prescrições da gramática normativa, sendo completamente incomum e inadequada ao gênero textual produzido para a questão.
- e) Em “não apenas..., mas também...”, a conjunção “mas” mantém obrigatoriamente seu valor adversativo, de oposição, ainda que esteja associada ao advérbio “também”.

Texto para as questões 09 e 10

A disseminação acelerada de modelos de linguagem como o ChatGPT nos ambientes escolares instalou um diagnóstico que se repete com variações mínimas entre professores, gestores e formuladores de políticas públicas: os alunos estão terceirizando seus trabalhos, redigindo ensaios com um comando de voz e resolvendo exercícios com a colagem de enunciados em interfaces de inteligência artificial. À primeira vista, isso parece configurar uma epidemia de preguiça intelectual e desonestidade acadêmica em massa.

No entanto, uma investigação mais detida revela que o alarme em torno da tecnologia oculta

um mal-estar muito anterior e muito mais estrutural, que diz respeito ao fim (telos) do próprio trabalho escolar.

A educação básica institucional, ao organizar-se como transmissão de um repertório fixo de dados, fórmulas, datas, nomes e classificações, converteu o ato de aprender em uma sequência previsível de operações de memorização e reprodução cujo significado raramente é interrogado pelos próprios sujeitos do processo.

Esse modelo, que o educador Paulo Freire já criticava na década de 1960, chamando-o de ‘educação bancária’, é evidentemente muito anterior à inteligência artificial. Mas opera, na prática, também como um algoritmo. Que estabelece um circuito fechado de depósito, arquivamento e devolução de informações, onde muitas vezes o aprendizado real não se faz presente.

Aprendizado ‘decoreba’: o antecessor da IA

Assim, o uso da inteligência artificial pelos alunos para realizar tarefas escolares não deveria causar surpresa. Estudantes fogem do estudo como o diabo foge da cruz. Antes da IA, já existiam a cópia de textos da internet, trabalhos feitos por colegas (ou até por profissionais), a “cola” nas provas e outras estratégias para conseguir aprovação sem ter real familiaridade com o conteúdo ensinado.

Mesmo entre os alunos que não recorrem a esses meios, muitos não compreendem de fato o que respondem nas avaliações, pois se limitam a decorar as informações que serão cobradas. Nesse tipo de aprendizado “decoreba”, é comum o estudante esquecer o que “aprendeu” logo depois da prova.

Disponível em: theconversation.com/ia-nas-escolas-evidencia-precarias-já-existent-da-educacao-mas-pode-ser-oportunidade-de-mudanca-288883 Acesso em: 22 ago. 2026.

9. Com base nos elementos constitutivos desse texto, como forma de composição, tema e estilo, identificamos que ele tem características de:

- a) Resenha, por avaliar um tema de importância social.
- b) Notícia, por apresentar informações sobre um tema contemporâneo.

- c) Artigo de opinião, por fazer uma reflexão sobre um tema de importância social.
- d) Relato, por apresentar experiências e depoimentos do autor sobre um tema social.
- e) Crônica, por fazer uma análise objetiva de um tema contemporâneo.

10. Estabelece uma relação de oposição a expressão destacada na seguinte alternativa:

- a) "À primeira vista, isso parece configurar uma epidemia de preguiça intelectual e desonestidade acadêmica em massa."
- b) "No entanto, uma investigação mais detida revela que o alarme em torno da tecnologia oculta um mal-estar muito anterior"
- c) "Assim, o uso da inteligência artificial pelos alunos para realizar tarefas escolares não deveria causar surpresa."
- d) "Mas opera, na prática, também como um algoritmo."
- e) "Nesse tipo de aprendizado “decoreba”, é comum o estudante esquecer o que “aprendeu” logo depois da prova."

11. Marcos é Servidor Público Federal ocupante do cargo de Pedagogo no Instituto Federal do Piauí (IFPI) - Campus Teresina Central. Ele atua na comissão organizadora de um grande congresso acadêmico promovido pelo IFPI. Durante a execução de suas atribuições, ocorreram os seguintes fatos: fora do seu expediente e em sua rede social de uso pessoal, ele criticou um servidor da instituição, apontando que a conduta do profissional maculava a imagem do IFPI. Durante a execução do evento planejado pela comissão, ao identificar uma falha na emissão dos certificados, Marcos omitiu o erro dos estudantes atendidos para cumprir uma determinação verbal do seu chefe imediato, que ordenou que o problema fosse escondido temporariamente "para não tumultuar o setor". Denunciado à Comissão de Ética do IFPI por descumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº. 1.171/1994), a comissão concluiu que ambas as condutas caracterizaram infrações éticas.

Com base na norma citada, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a análise ética dos fatos e a penalidade aplicável pela Comissão de Ética.

- a) Diante do descumprimento de deveres e das ofensas ao colega, a Comissão de Ética do IFPI deverá aplicar a Marcos a penalidade disciplinar de advertência por escrito.
- b) A omissão de Marcos não configura falta ética, pois o dever funcional de obediência às ordens superiores prevalece sobre a obrigatoriedade de prestar a verdade aos administrados.
- c) Ambas as condutas configuram falta ética e, comprovadas as infrações, a Comissão de Ética do IFPI é o órgão competente para aplicar a Marcos exclusivamente a pena de censura.
- d) O cumprimento de ordem superior afasta a responsabilidade ética de Marcos, restando infração apenas na conduta em rede social, a qual deve ser punida com a pena de suspensão.
- e) A publicação em rede social particular não viola o Código de Ética, visto que os deveres deontológicos do servidor se limitam ao tempo e ao espaço físico do exercício do cargo público.

12. Beatriz, com 24 anos de idade, trabalha há mais de cinco anos como técnica administrativa em uma empresa local em Piri-piri. Apesar de ter vasta experiência prática acumulada na área, ela não concluiu o Ensino Médio na idade própria por razões econômicas. Interessada em formalizar e expandir seus conhecimentos, Beatriz buscou o Instituto Federal do Piauí (IFPI) para ingressar em um curso regular de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, solicitando o aproveitamento de sua vivência de trabalho para dispensa de disciplinas e prosseguimento de estudos.

Com base estrita nas disposições da Lei nº. 9.394/1996 (LDB), assinale a alternativa que indica o tratamento CORRETO a ser dado ao pedido de Beatriz.

- a) Beatriz poderá ingressar no curso técnico apenas se for aprovada em exame de aceleração de estudos voltado a alunos com distorção idade-série.
- b) A legislação educacional proíbe a certificação de conhecimentos informais obtidos no mercado de trabalho para evitar a equiparação entre a formação acadêmica e a prática profissional.
- c) O pedido de Beatriz deve ser indeferido de plano, pois a LDB exige a apresentação do certificado formal de conclusão do Ensino Médio para qualquer modalidade de ingresso em cursos técnicos de nível médio.
- d) A dispensa de disciplinas e o aproveitamento de saberes práticos na Educação Profissional são restritos exclusivamente aos alunos regularmente matriculados no Ensino Superior.
- e) O conhecimento e a experiência profissional adquiridos por Beatriz no trabalho poderão ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação pelo IFPI para fins de prosseguimento de estudos.

13. Sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e as disposições previstas na Lei nº. 11.892/08, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Rede é composta por Institutos Federais,

Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II, todos com natureza jurídica de autarquia.

b) Os Institutos Federais têm por finalidade a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

c) Os Institutos Federais têm por objetivo ministrar em nível superior, estritamente, cursos de tecnologia, licenciatura, bacharelado e pós-graduações stricto sensu.

d) Os órgãos superiores dos Institutos Federais são o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, sendo o primeiro presidido por membro eleito entre seus pares e o segundo presidido pelo Reitor.

e) As Reitorias são os órgãos executivos dos Institutos Federais e a sua subdivisão em Pró-Reitorias varia conforme o Regimento Interno de cada unidade, podendo contemplar no máximo 5 e no mínimo 2 Pró-Reitorias.

Leia o texto para a questão 14

Ministério Público vai investigar entrada de PMs armados em escola de SP após denúncia sobre desenho de orixá

Investigação vai apurar atuação de policiais militares na EMEI Antônio Bento após um policial militar, pai de uma aluna, acionar a corporação por causa de uma atividade sobre cultura afro-brasileira. Caso ocorreu em novembro de 2025 e mobilizou 12 PMs, um deles com um fuzil.

(...)

O episódio ocorreu em 11 de novembro de 2025, quando o pai de uma aluna de 4 anos acionou a Polícia Militar alegando que a filha estaria sendo obrigada a participar de uma "aula de religião africana" após fazer um desenho com o nome da orixá Iansã. Posteriormente, a Secretaria da Segurança Pública confirmou que o homem é soldado da Polícia Militar da ativa.

(...)

Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/07/31/ministerio-publico-vai-investigar-entrada-de-pms-armados-em-escola-de-sp-apos-denuncia-sobre-desenho-de-orixa.ghtml>>. Acesso em: 27 de ago. de 2026.

14. Com base na discussão apresentada na matéria e nas previsões dispostas na Lei nº 9.394, de 20/12/1996, é CORRETO afirmar que:

a) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é facultativo, portanto os responsáveis pelos alunos devem dar a anuência para que o(s) filho(s) possam participar das aulas que tratem especificamente sobre esse tema.

b) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena compunha o Projeto Político Pedagógico da escola citada na matéria, contudo as instituições de ensino básico não são obrigadas a incluir o tema.

c) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, sendo facultativo para as instituições de ensino privadas.

d) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena deve abordar conteúdos referentes à história e cultura desses povos e serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

e) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é de abordagem obrigatória apenas nas escolas públicas federais, uma vez que a Lei nº 9.394/96 trata-se de uma legislação federal.

15. Sobre as comissões de ética na Administração Pública Federal, conforme previsão do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é CORRETO afirmar:

a) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e

com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

b) Em todos os órgãos e entidades exclusivamente da Administração Pública Federal direta ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

c) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura, advertência e demissão.

d) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar, aconselhar e apurar sobre a ética profissional do servidor e terceirizados, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

e) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor e usuários dos serviços, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

16. A Lei nº. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Considerando o que prevê a lei sobre as licenças que podem ser concedidas ao servidor, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família.

b) Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

c) O servidor terá direito a licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

d) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

e) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

17. A Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

De acordo com as disposições da Lei. nº 11.091/2005, e suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) O cargo de Técnico em Educação possui nível de classificação E, com atribuições voltadas para o exercício de atividades

técnicas, administrativas e logísticas, relativas à execução das competências constitucionais e legais a cargo das Instituições Federais de Ensino.

b) O concurso para o ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em 1 (uma) única fase, bem como incluir curso de formação, conforme dispuser o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira.

c) O ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação ocorrerá no padrão inicial do respectivo nível de classificação, mediante concurso público apenas de provas escritas, observados os requisitos de ingresso estabelecidos na respectiva lei e suas alterações posteriores.

d) Nível de classificação é o conjunto de funções gratificadas - FG, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.

e) Plano de carreira é o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.

18. Platão, servidor público do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, nível de classificação E, pretende requerer a sua primeira progressão funcional por mérito após 12 meses de efetivo exercício no Instituto Federal Alfa. Para tanto, apresentou pedido formal junto ao setor responsável no âmbito desse Instituto Federal.

De acordo com as disposições da Lei nº. 11.091/2005, e suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) Não será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito, mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente,

acontece a cada dezoito meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

b) Não será concedida, tendo em vista que a progressão funcional por mérito, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, deve respeitar o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento na carreira.

c) Não será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito, mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, deve ocorrer apenas após o fim do estágio probatório e desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

d) Será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada doze meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

e) Será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito é a mudança para o nível de classificação imediatamente subsequente, a cada doze meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

19. A respeito das disposições que regulam os processos administrativos, conforme a Lei nº. 9.784/1999, e suas alterações posteriores, assinale a alternativa CORRETA.

a) O recurso administrativo não tem efeito suspensivo, ainda que exista justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da decisão administrativa.

b) O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência. Se a decisão puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado, sendo-lhe vedado apresentar novas alegações.

c) Os processos administrativos de que resultem sanções aos administrados poderão

ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, não podendo resultar agravamento da sanção.

d) Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se no ato a data, prazo, forma e condições de atendimento. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, sob pena de perecimento da prova, perigo de dano ou risco de ineficácia da decisão administrativa, requerer ao Poder Judiciário a condução coercitiva do interessado.

e) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento, devendo ser arquivado, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

20. A escola Alfa decide implantar pedagogicamente uma plataforma de gamificação para auxiliar os professores no processo de alfabetização. A plataforma, criada e gerenciada por uma empresa estrangeira, permite que os alunos acumulem pontos e troquem por “caixas premiadas” virtuais que contêm bônus aleatórios, sem que o aluno saiba o conteúdo exato antes da abertura dessas caixas.

Baseado nas disposições do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei n. 15.211/2025), a funcionalidade descrita:

a) Caracteriza-se como caixa de recompensa (*loot boxes*), vedada expressamente em jogos eletrônicos direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles, nos termos da respectiva classificação indicativa.

b) Constitui-se como um instrumento pedagógico válido, desde que seja previamente conhecido e autorizado pelos pais ou responsáveis legais, condicionado ao tratamento prévio dos dados das crianças e adolescentes.

c) Constitui-se como um instrumento pedagógico válido, desde que seja passível de fiscalização pelo Ministério Público e autoridade policial, condicionado ao tratamento prévio dos dados das crianças e adolescentes.

d) Trata-se de um serviço de tecnologia da informação direcionado a crianças e a adolescentes permitido legalmente, desde que garanta a proteção prioritária e o melhor interesse da criança ou adolescente.

e) Trata-se de um serviço de tecnologia da informação legalmente válido, desde que utilize mecanismos de segurança amplamente reconhecidos, que possibilitem à família e aos responsáveis legais prevenir o acesso e o uso inadequado por crianças e adolescentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, os governos podem produzir diferentes tipos de informações financeiras *ex-post*, destinadas a atender a finalidades específicas. Entre elas, destacam-se as Estatísticas de Finanças Públicas (EFP) relativas ao Setor Governo Geral (SGG), direcionadas principalmente à análise macroeconômica e ao suporte à tomada de decisões, e as Demonstrações Contábeis de Propósito Geral, cuja finalidade está relacionada, especialmente, à prestação de contas e à responsabilização (accountability). As demonstrações contábeis e os relatórios de estatísticas de finanças públicas têm muito em comum. Ambas as estruturas de relatórios estão voltadas para:

I. informação contábil, baseada no regime de competência;

II. ativos, passivos, receitas e despesas governamentais;

III. informações abrangentes sobre os fluxos de caixa.

Quais afirmativas acima estão CORRETAS?

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II.
- e) Apenas III.

22. Conforme estabelece a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) apresentam informações financeiras e não financeiras relacionadas a fenômenos econômicos e a outros eventos relevantes. As características qualitativas atribuídas às informações constantes desses relatórios correspondem aos atributos que asseguram sua utilidade aos usuários e contribuem para o alcance dos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.

Nesse contexto, os RCPGs têm como propósito fornecer informações úteis para subsidiar a tomada de decisões e atender às necessidades de prestação de contas e responsabilização (accountability). Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE as características qualitativas da informação incluída nos RCPGs:

- a) a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.
- b) a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a materialidade.
- c) a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a custo benefício e a verificabilidade.
- d) a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a competência, a comparabilidade e a verificabilidade.
- e) a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a custo benefício e a materialidade.

23. Segundo a Lei nº. 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, as despesas de capital classificadas como Inversões Financeiras correspondem às dotações destinadas a:

I. aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II. aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III. constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Quais afirmativas acima estão CORRETAS?

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas III.

24. Segundo a NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, independentemente de existir ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve observar determinados procedimentos. Analise as afirmativas a seguir:

I. testar, no mínimo semestralmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável.

II. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e

III. testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios.

Quais afirmativas acima estão CORRETAS?

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I.
- e) Apenas III.

25. Em 10/08/2026, a empresa Comercial Alfa Ltda. adquiriu mercadorias para revenda no valor de R\$ 30.000,00, sendo R\$ 10.000,00 pagos à vista por transferência bancária e o restante a prazo, com vencimento em 30 dias.

Considerando apenas essas informações, assinale a alternativa que apresenta o lançamento contábil CORRETO:

- a)
 - D – Caixa R\$ 30.000
 - C – Estoques R\$ 30.000
- b)
 - D – Estoques R\$ 30.000
 - C – Bancos R\$ 10.000
 - C – Fornecedores R\$ 20.000
- c)
 - D – Despesa com Mercadorias ... R\$ 30.000
 - C – Bancos R\$ 30.000
- d)
 - D – Estoques R\$ 20.000
 - D – Fornecedores R\$ 10.000
 - C – Bancos R\$ 30.000
- e)
 - D – Fornecedores R\$ 30.000
 - C – Estoques R\$ 20.000
 - C – Bancos R\$ 10.000

26. A Alfa Comercial Ltda fez aquisição de mercadorias para revenda por R\$ 10.500,00, com ICMS alíquota 22 %, e vendeu 50% dessa mercadoria por R\$ 11.600,00, com ICMS à mesma alíquota e contratou serviço de transporte terceirizado de 2% incidente sobre o preço de venda da mercadoria. É importante informar que as operações foram realizadas a prazo, o contador ao escriturar os lançamentos contábeis, vai apurar um saldo no razão de:

- a) Fornecedor de R\$ 8.190,00.
- b) Duplicatas a Receber de R\$ 10.670,00.
- c) ICMS a Recolher de R\$ 242,00.
- d) Resultado Com Mercadorias – RCM de R\$ 4.095,00.
- e) ICMS a Recuperar de R\$ 2.130,00.

27. Em relação ao processo de elaboração e tramitação do orçamento público no âmbito do Governo Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), bem como as propostas de abertura de créditos adicionais, é analisado exclusivamente pelo Senado Federal, conforme as regras estabelecidas em seu regimento interno.

b) A estimativa das receitas orçamentárias da União utiliza, entre outros elementos, o comportamento histórico da arrecadação, considerando os efeitos decorrentes das variações de preços, da quantidade e das alterações na legislação aplicável.

c) Ao ser encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Projeto de Lei Orçamentária é distribuído diretamente aos relatores gerais, responsáveis pela elaboração individual dos pareceres que serão posteriormente votados pelo Congresso Nacional.

d) As unidades orçamentárias encaminham suas propostas de orçamento por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), cabendo à Secretaria de Orçamento Federal apenas consolidar os valores recebidos, sem realizar análise das propostas.

e) O ciclo orçamentário possui a mesma duração do exercício financeiro, uma vez que todas as suas etapas são realizadas integralmente dentro de um único exercício.

28. De acordo com as contas patrimoniais, no que diz respeito a classificação, conteúdo e estrutura, julgue as alternativas a seguir como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

I. A disposição das contas do Ativo considera o grau de facilidade de conversão dos recursos em dinheiro, razão pela qual os elementos mais líquidos são apresentados antes daqueles cuja realização ocorrerá em prazo mais longo.

II. O Patrimônio Líquido pode apresentar, entre seus componentes, o capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria e os prejuízos acumulados, conforme a situação da entidade.

III. Uma máquina adquirida pela empresa para utilização em seu processo produtivo, permanecendo destinada às atividades operacionais por vários períodos, é um exemplo de elemento que pode ser registrado no Ativo Imobilizado.

IV. Toda doação ou subvenção recebida pela entidade para aplicação em investimentos deve ser reconhecida como reserva de capital, independentemente da finalidade, das condições estabelecidas e das normas contábeis aplicáveis.

V. Alterações no valor de determinados ativos ou passivos, quando decorrentes de mensuração a valor justo e enquadradas nas situações previstas pelas normas contábeis, podem produzir efeitos registrados no Patrimônio Líquido por meio dos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não forem reconhecidas no resultado.

Considerando as afirmações apresentadas, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- a) V - V - V - F - V
- b) V - F - V - F - V
- c) F - V - V - F - F
- d) V - V - F - V - V
- e) F - F - V - V - F

29. A Companhia Imperial Máquinas Center S/A elabora suas demonstrações contábeis, considerando o exercício social, o ano calendário. No exercício social 2025, a conta contábil Veículos de cargas ou caminhões apresentou um saldo devedor de R\$ 1.500.000,00.

O contador escritura mensalmente os encargos de depreciação, com uma taxa anual de 25%, para os cálculos.

Entre os veículos, R\$ 700.000,00 foram adquiridos em abril de 2024; R\$ 600.000,00 foram comprados em abril de 2025 e o restante em agosto de 2025.

Na elaboração e encerramento das demonstrações contábeis ano calendário 2025, na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, os encargos de depreciação com esses veículos de cargas ou caminhões terão o valor de:

- a) R\$ 309.430,00
- b) R\$ 285.150,00

- c) R\$ 308.120,00
- d) R\$ 307.100,00
- e) R\$ 297.440,00

30. Considerando as normas que orientam a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) e as disposições da legislação brasileira, analise as situações apresentadas e assinale a alternativa que está de acordo com o campo de aplicação da contabilidade pública.

- a) As empresas em que o Poder Público detenha a maioria do capital com direito a voto devem, obrigatoriamente, adotar integralmente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, independentemente de sua condição no orçamento público.
- b) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público alcança os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, incluindo as empresas estatais dependentes, observadas as normas aplicáveis a cada situação.
- c) As autarquias e demais entidades da administração indireta submetem-se às normas da contabilidade pública apenas em relação aos atos de natureza orçamentária, não sendo abrangidas as operações que produzam efeitos sobre seu patrimônio.
- d) As entidades privadas de caráter filantrópico passam automaticamente a integrar o campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público sempre que executarem atividades ou serviços de interesse público.
- e) Como o setor público não tem como finalidade principal a obtenção de lucro, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público concentra-se no acompanhamento da execução orçamentária, não sendo necessária a mensuração, o registro e a evidenciação das alterações ocorridas no patrimônio público.

31. No encerramento do exercício financeiro, as despesas regularmente empenhadas que ainda não foram liquidadas podem ser inscritas em restos a pagar não processados, desde que atendidos os requisitos estabelecidos na legislação. Considerando o tratamento contábil desse procedimento e os registros realizados

no âmbito da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A inscrição de restos a pagar não processados produz, de forma automática, uma variação patrimonial, independentemente de a despesa ter sido liquidada ou de o bem ou serviço ter sido efetivamente recebido.
- b) O registro da inscrição em restos a pagar não processados ocorre exclusivamente na natureza de informação patrimonial, pois a obrigação de pagamento já está reconhecida definitivamente antes da liquidação da despesa.
- c) Como a despesa ainda não passou pela etapa da liquidação, a inscrição em restos a pagar não processados não produz qualquer registro contábil, sendo reconhecida somente quando ocorrer a liquidação no exercício seguinte.
- d) A inscrição de restos a pagar não processados é registrada apenas na natureza de informação orçamentária, sem necessidade de registros relacionados ao acompanhamento e ao controle das obrigações inscritas.
- e) A inscrição de restos a pagar não processados envolve registros contábeis relacionados à execução orçamentária e ao controle das obrigações, sem que a simples inscrição implique, necessariamente, o reconhecimento de uma variação patrimonial.

32. De acordo com o balancete de verificação da Cia. Ipiranga, levantado em 31/12/x5, era composto pelos saldos das seguintes contas:

Bancos Conta Movimento	R\$ 15.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 60.000,00
Vendas de Mercadorias	R\$ 90.000,00
Estoque Mercadorias	R\$ 30.000,00
Receitas Financeiras	R\$ 6.000,00
Compras de Mercadorias a Prazo	R\$ 60.000,00

Clientes	R\$ 40.000,00
Fornecedores	R\$ 30.000,00
Salários e Ordenados	R\$ 11.000,00
Despesas de Aluguel	R\$ 13.000,00
Viagens e Representações	R\$ 5.000,00
Capital Social	R\$ 120.000,00
Material de Escritório	R\$ 4.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 20.000,00
Descontos Concedidos	R\$ 3.000,00

Observações:

1) No final de X5 o estoque de mercadorias foi avaliado em R\$ 25.000,00.

2) A folha de pagamento do salário de dezembro de X5, no valor de R\$ 2.000,00, será pago somente em janeiro de X6.

3) Dos aluguéis pagos em X5, R\$ 3.000,00 referem-se a despesas de janeiro de X6.

4) Não foi levado em consideração os impactos referente a legislação fiscal.

Ao elaborar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício do exercício findo em 31/12/X5, depois de feitos os ajustes necessários à observância do princípio contábil da competência, a composição do grupo patrimônio líquido ficou com o valor de:

- a) R\$ 89.000,00
- b) R\$ 125.000,00
- c) R\$ 113.000,00
- d) R\$ 102.000,00
- e) R\$ 136.000,00

33. No mês de fevereiro de 2026, o setor de contabilidade da empresa Comercial Carlos Ltda. apresentou as informações a seguir, referentes aos pagamentos e recebimentos realizados pela empresa:

I. A despesa com energia elétrica correspondente ao consumo do mês de dezembro de 2025, no valor de R\$ 200,00, foi quitada ainda em dezembro de 2025.

II. A despesa de aluguel referente ao mês de janeiro de 2026, no valor de R\$ 500,00, foi paga antecipadamente, em dezembro de 2025.

III. A despesa de água correspondente ao consumo de dezembro de 2025, no valor de R\$ 400,00, foi paga em janeiro de 2026.

IV. Os juros correspondentes ao mês de janeiro de 2026, no valor de R\$ 250,00, foram pagos durante o próprio mês de janeiro de 2026.

V. Os juros referentes ao mês de dezembro de 2025, no valor de R\$ 1.000,00, foram recebidos somente em janeiro de 2026.

VI. Os aluguéis relativos aos bens utilizados durante janeiro de 2026, no valor de R\$ 1.300,00, foram recebidos antecipadamente, em dezembro de 2025.

VII. Os serviços prestados pela empresa em dezembro de 2025, no valor de R\$ 1.700,00, tiveram seus valores recebidos em dezembro de 2025.

VIII. As comissões auferidas durante o mês de janeiro de 2026, no valor de R\$ 750,00, foram recebidas no próprio mês de janeiro de 2026.

Considerando os fatos contábeis apresentados, determine o resultado obtido pela empresa segundo o regime de caixa e o regime de competência, para os meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a afirmação CORRETA.

- a) Segundo o regime contábil de competência, a empresa apresentou lucro de R\$ 1.100,00 no mês de janeiro de 2026.
- b) Pelo regime contábil de caixa, a empresa obteve lucro de R\$ 1.300,00 no mês de janeiro de 2026.
- c) Conforme o regime contábil de caixa, a empresa registrou lucro de R\$ 2.100,00 no mês de dezembro de 2025.
- d) De acordo com o regime contábil de competência, a empresa apresentou lucro de R\$ 2.300,00 no mês de dezembro de 2025.
- e) Considerando o conjunto dos fatos ocorridos nos dois períodos, sem separá-los mês a mês, o resultado acumulado seria de R\$ 3.400,00 de lucro, independentemente do regime contábil adotado.

34. Analise as seguintes afirmações relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):

I. A Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá sobre critérios e forma de limitação de empenho quando houver risco de não cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as despesas de capital para os dois exercícios financeiros subsequentes.

IV. O Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

35. Durante o encerramento do exercício financeiro, existem ocorrências especiais na execução da despesa pública, as mesmas podem permanecer pendentes de pagamento, dando origem à inscrição em Restos a Pagar, observadas as condições estabelecidas pela legislação. Considerando as normas aplicáveis à execução da despesa pública, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

I. Consideram-se Restos a Pagar as despesas regularmente empenhadas, mas que não tenham sido pagas até o encerramento do exercício, podendo estar liquidadas ou não.

II. O pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar não depende da existência de dotação orçamentária específica no exercício em que ocorre o pagamento.

III. A despesa regularmente empenhada e liquidada pode ser inscrita em Restos a Pagar Processados. Já a despesa empenhada que ainda não tenha sido liquidada poderá ser inscrita em Restos a Pagar Não Processados, desde que sejam observadas as condições previstas nas normas orçamentárias e contábeis.

IV. O superávit financeiro apurado ao final do exercício deve ser obrigatoriamente destinado, em primeiro lugar, ao pagamento dos valores inscritos em Restos a Pagar.

V. As despesas de exercícios anteriores reconhecidas posteriormente pelo ordenador de despesa, quando não pagas no exercício do reconhecimento, devem ser automaticamente inscritas como Restos a Pagar.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) V - V - F - F - F
- b) V - F - F - V - V
- c) F - F - V - F - F
- d) V - V - V - F - F
- e) F - F - V - V - V

36. A Escrituração Contábil Digital (ECD) integra o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e foi instituída para permitir que a escrituração contábil seja realizada e transmitida em meio digital. Entre os livros e documentos abrangidos pela ECD encontram-se o Livro Diário e seus auxiliares, quando existentes, o Livro Razão e seus auxiliares, além dos Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento que comprovem os registros efetuados.

Considerando as regras relacionadas à obrigatoriedade de apresentação da ECD, associe os itens da Coluna A às respectivas situações descritas na Coluna B. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

Coluna A

1. Lucro Real.
2. Lucro Presumido.
3. Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas.
4. Sociedade em Conta de Participação (SCP).
5. Simples Nacional – Aporte de Capital.
6. Pessoa Jurídica – Recursos no Exterior.
7. Empresa Simples de Crédito (ESC).
8. Demais Pessoas Jurídicas.

Coluna B

() Empresas Simples de Crédito (ESC), instituídas pela Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019.

() Pessoas jurídicas domiciliadas no País que mantenham no exterior recursos em moeda estrangeira relacionados ao recebimento de exportações, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

() Pessoas jurídicas submetidas à tributação com base no lucro real estão abrangidas pela obrigatoriedade de apresentação da ECD.

() Microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha recebido aporte de capital nas condições previstas nos arts. 61-A a 61-D da Lei Complementar nº 123, de 2006.

() Sociedades em Conta de Participação que estejam enquadradas nas hipóteses de obrigatoriedade seguem as regras aplicáveis à

ECD e devem apresentá-la em arquivo próprio, separado da escrituração da sócia ostensiva.

() Pessoas jurídicas imunes ou isentas que tenham auferido receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos semelhantes cuja soma seja igual ou superior a R\$ 4.800.000,00.

() Pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido que não tenha optado pela manutenção do Livro Caixa, nos termos do parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981/1995, ou que tenha distribuído lucros ou dividendos nas condições que determinam a obrigatoriedade da ECD.

() Pessoas jurídicas que não estejam enquadradas nas hipóteses de obrigatoriedade podem apresentar a ECD de forma facultativa, observadas as disposições aplicáveis.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) 6 – 7 – 1 – 5 – 4 – 3 – 2 – 8
- b) 7 – 6 – 2 – 5 – 4 – 3 – 1 – 8
- c) 4 – 6 – 1 – 5 – 7 – 3 – 2 – 8
- d) 7 – 6 – 1 – 5 – 4 – 3 – 2 – 8
- e) 7 – 6 – 1 – 4 – 5 – 3 – 2 – 8

37. Durante a execução do orçamento, pode acontecer de uma despesa não ter sido prevista na Lei Orçamentária ou de o valor inicialmente reservado não ser suficiente para atender determinada necessidade. Nessas situações, a legislação permite a utilização dos chamados créditos adicionais.

A partir desse entendimento, analise as afirmativas e assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas CORRETAS.

I. Os recursos obtidos por meio de operações de crédito no mercado financeiro são a única fonte que pode ser utilizada para autorizar a abertura de créditos adicionais.

II. Os créditos extraordinários são usados quando surge uma despesa que não podia ser prevista, principalmente em situações graves e urgentes, como uma guerra ou uma calamidade pública.

Para que sejam autorizados, porém, é preciso que o governo tenha arrecadado recursos acima do valor previsto.

III. No caso dos créditos suplementares, a autorização é dada por lei e sua abertura ocorre por decreto do Poder Executivo. Os créditos extraordinários, por sua vez, são abertos por lei complementar, que precisa ser aprovada pelo Poder Legislativo.

IV. Créditos adicionais são autorizações para a realização de despesas que não foram previstas no orçamento ou que tiveram uma dotação inferior ao valor necessário para sua execução.

V. Os créditos suplementares servem para reforçar dotações que já existem no orçamento. Um exemplo seria a necessidade de aumentar a dotação destinada às despesas com pessoal quando houver reajuste ou aumento de vencimentos não previsto inicialmente.

Está CORRETO o que se afirma somente em:

- a) I e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III e V.
- d) IV e V.
- e) II e III.

38. De acordo com o Decreto nº. 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de governança pública estabelecido nessa norma.

- a) Governança pública é o conjunto de processos de planejamento, execução e avaliação orçamentária voltados a assegurar a eficiência do gasto público nos órgãos e entidades da administração federal.
- b) Governança pública corresponde ao conjunto de normas e procedimentos de controle interno destinados exclusivamente à fiscalização da execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos.

c) Governança pública é o processo de gestão de pessoas e de desenvolvimento de competências voltado à profissionalização e à capacitação do quadro funcional do serviço público federal.

d) Governança pública consiste no conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

e) Governança pública refere-se ao conjunto de sistemas e ferramentas de tecnologia da informação empregados para o monitoramento de indicadores de desempenho da administração pública federal.

39. De acordo com a NBC TSP 34, o reconhecimento dos custos no setor público deve observar o regime de competência. Considere as seguintes situações:

Em dezembro de 2025, uma entidade recebeu e consumiu materiais de expediente, cujo pagamento foi efetuado somente em janeiro de 2026.

Em dezembro de 2025, a entidade contratou um serviço de manutenção, que foi prestado somente em janeiro de 2026, quando também ocorreu o pagamento.

Com base na norma, o procedimento CORRETO é:

- a) Reconhecer os dois eventos como custos em janeiro de 2026, pois os pagamentos ocorreram nesse período.
- b) Reconhecer os dois eventos como custos em dezembro de 2025, pois os materiais foram recebidos e o serviço foi contratado nesse período.
- c) Reconhecer o consumo dos materiais como custo em dezembro de 2025 e o serviço de manutenção como custo em janeiro de 2026.
- d) Reconhecer o consumo dos materiais como custo em janeiro de 2026 e o serviço de manutenção como custo em dezembro de 2025.
- e) Não reconhecer nenhum dos dois eventos como custo, pois ambos dependem da execução orçamentária e do pagamento.

40. O setor de contabilidade de uma autarquia federal identificou custos indiretos relacionados ao funcionamento de seus centros de atendimento ao cidadão. Após a análise dos processos, verificou-se que parte desses custos pode ser relacionada aos objetos de custo por meio do tempo efetivamente consumido em cada atividade. Os custos indiretos remanescentes não possuem relação direta identificável, mas podem ser distribuídos mediante uma base de rateio razoável e consistente.

Segundo a NBC TSP 34, a ordem de prioridade para atribuição desses custos deve ser:

- a) Rateio geral dos custos, apropriação dos custos diretos e, posteriormente, utilização de direcionadores.
- b) Apropriação dos custos diretos, alocação dos custos indiretos por direcionadores e alocação dos custos remanescentes por bases de rateio razoáveis e consistentes.
- c) Alocação de todos os custos indiretos por bases de rateio, independentemente da existência de direcionadores.
- d) Apropriação dos custos diretos e exclusão de todos os custos indiretos, pois estes não podem ser atribuídos aos objetos de custo.
- e) Alocação dos custos indiretos por direcionadores, apropriação dos custos diretos e exclusão dos custos indiretos remanescentes.

41. Um órgão federal pretende comparar o custo unitário de um serviço de educação prestado por cinco escolas públicas vinculadas à mesma estrutura administrativa. As escolas estão localizadas em regiões com diferentes condições geográficas e de infraestrutura. Além disso, cada unidade utiliza atualmente um modelo de gerenciamento de custos distinto: algumas adotam o custeio direto, enquanto outras utilizam o custeio por absorção integral.

Para produzir uma análise comparativa tecnicamente adequada, conforme a NBC TSP 34, o órgão deve:

- a) Manter os métodos utilizados por cada escola, pois a autonomia das entidades impede a padronização do modelo de gerenciamento de custos.

b) Adotar o custeio direto em todas as escolas, pois esse método é sempre o mais adequado para comparações entre entidades públicas.

c) Padronizar o modelo de gerenciamento de custos e, como a comparação incide sobre um objeto de custo final, adotar o custeio por absorção integral, considerando também as especificidades geográficas, legais e operacionais de cada escola.

d) Utilizar exclusivamente os custos finalísticos, desconsiderando os custos de suporte, para evitar que diferenças administrativas prejudiquem a comparação.

e) Comparar apenas os valores totais dos custos, sem necessidade de considerar custos unitários, critérios de mensuração ou diferenças entre as entidades.

42. De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e suas alterações, assinale a alternativa que apresenta corretamente o objeto regulado por essa norma:

a) A instituição do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, voltado à prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude nos órgãos e nas entidades federais.

b) A retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

c) O conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle destinados a avaliar, direcionar e monitorar a gestão dos órgãos públicos, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

d) A divulgação, no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, dos dados relativos à execução orçamentária e financeira, às licitações e às contratações realizadas pelos órgãos e pelas entidades federais.

e) A definição de padrões e diretrizes para a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal, com vistas a promover pesquisas, estudos e a participação social.

43. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 28, prevê cinco modalidades de licitação, cada uma vocacionada a um tipo de objeto contratual. Assinale a alternativa que descreve corretamente a modalidade de licitação denominada leilão.

a) Modalidade utilizada para a contratação de bens e serviços especiais, bem como de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento pode ser o de menor preço, melhor técnica, técnica e preço ou maior desconto.

b) Modalidade utilizada para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor, cujo critério de julgamento é exclusivamente o de melhor técnica ou conteúdo artístico.

c) Modalidade obrigatória para a contratação de bens e serviços comuns, cuja disputa é feita, em sessão pública, por meio de propostas e lances sucessivos.

d) Modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

e) Modalidade utilizada para a contratação de obras, serviços e fornecimentos especiais em que a Administração realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o fim de desenvolver alternativas para atender à necessidade.

44. Sobre o tratamento dado pela Lei nº 14.133/2021 ao desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

a) O desenvolvimento nacional sustentável figura na Lei nº 14.133/2021 apenas como recomendação de boas práticas, não constando expressamente do rol de princípios nem do rol de objetivos do processo licitatório previstos na Lei.

b) O desenvolvimento nacional sustentável constitui, simultaneamente, um dos princípios que regem a aplicação da Lei (art. 5º) e um dos objetivos do processo licitatório (art. 11, inciso IV), o qual determina que a licitação deve incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

c) A observância do desenvolvimento nacional sustentável é exigência aplicável exclusivamente às contratações de obras e serviços de engenharia, não alcançando as aquisições de bens nem as contratações de serviços comuns.

d) A margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, prevista no art. 26 da Lei, é de aplicação automática e obrigatória em toda licitação de bens, independentemente de regulamentação ou de decisão da autoridade competente.

e) O critério de sustentabilidade ambiental é vedado como parâmetro de definição de remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, por implicar suposta violação ao princípio do julgamento objetivo.

45. A alta administração de uma autarquia federal está revisando seu sistema de gestão de riscos e controles internos. Durante esse processo, foram apresentadas diferentes propostas acerca da inserção da gestão de riscos nas atividades organizacionais.

Considerando os princípios aplicáveis à gestão de riscos estabelecidos pelo Decreto nº 9.203/2017, julgue as afirmativas a seguir como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

() A gestão de riscos deve ser implementada e aplicada de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público.

() A gestão de riscos deve ser integrada ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos, em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais.

() Os controles internos devem ser estabelecidos de forma uniforme para os diferentes riscos identificados, independentemente de suas

causas, fontes, consequências e impactos, a fim de assegurar a padronização dos procedimentos de controle.

() Os resultados da gestão de riscos devem ser utilizados para apoiar a melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo.

- a) V - V - F - V
- b) F - V - F - V
- c) V - F - V - F
- d) V - V - F - F
- e) V - V - V - F

46. Em uma ação judicial envolvendo uma instituição federal de ensino, discute-se o valor devido a uma empresa contratada para a execução de uma obra de ampliação da infraestrutura da instituição. Para subsidiar a apuração dos efeitos patrimoniais relacionados aos valores controvertidos, foi determinada a realização de perícia contábil.

Durante o planejamento dos trabalhos, o perito contábil nomeado constatou que a apuração dependeria, entre outros elementos, da aferição do percentual de execução física da obra, o que demandaria conhecimento técnico especializado de Engenharia. Diante disso, considerou necessária a participação de um engenheiro na equipe técnica.

Com base na NBC TP 01 (R2) - Perícia Contábil, analise as afirmativas a seguir:

I. A participação do engenheiro deve ser considerada no planejamento da perícia, que deve prever a orientação e a supervisão do perito contábil nomeado.

II. A utilização de profissional de outra área de conhecimento não afasta a responsabilidade do perito contábil nomeado pelos trabalhos executados por esse profissional.

III. Na execução da perícia com equipe técnica, a orientação e a supervisão cabem ao perito contábil, que assume a responsabilidade pelos trabalhos quanto às prerrogativas exclusivas e compartilhadas.

IV. A participação do engenheiro transfere a esse profissional a responsabilidade pelos elementos técnicos produzidos no âmbito de sua especialidade, cabendo ao perito contábil responder apenas pelos procedimentos de natureza contábil.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

47. Uma unidade de produção gráfica presta dois tipos de serviços, X e Y. Em determinado período, foram apurados R\$ 72.000,00 de custos indiretos de produção, compostos predominantemente por depreciação e manutenção dos equipamentos e pela energia elétrica consumida em sua operação.

A análise do processo produtivo demonstrou que o consumo dos recursos que compõem esses custos indiretos está diretamente relacionado ao tempo de utilização dos equipamentos.

Para a alocação desses custos aos serviços, estão disponíveis as seguintes informações:

Base disponível	Serviço X	Serviço Y
Custos diretos	R\$ 40.000,00	R\$ 60.000,00
Horas de mão de obra direta	1.000 h	1.000 h
Horas-máquina	900 h	600 h
Quantidade de serviços executados	300	600

Considerando a relação entre os custos indiretos e o consumo dos recursos produtivos apresentada no enunciado, assinale a alternativa que indica a base de rateio mais adequada e o valor dos custos indiretos a ser atribuído ao serviço X, respectivamente.

- a) Custos diretos e R\$ 28.800,00.
- b) Horas de mão de obra direta e R\$ 36.000,00.
- c) Horas-máquina e R\$ 43.200,00.
- d) Quantidade de serviços executados e R\$ 24.000,00.
- e) Quantidade de serviços executados e R\$ 48.000,00.

48. Uma instituição federal de ensino utiliza informações de custos para avaliar o desempenho de seus campi. Em determinado exercício, dois campi que ofertam cursos de características semelhantes apresentaram os seguintes indicadores:

Indicador	Campus X	Campus Y
Estudantes atendidos	2.000	2.500
Custo total atribuído às atividades de ensino	R\$ 24.000.000	R\$ 25.000.000
Custo por estudante	R\$ 12.000	R\$ 10.000

Ao analisar os dados, um gestor concluiu que o Campus X é necessariamente menos eficiente que o Campus Y, uma vez que apresenta maior custo por estudante, e propôs utilizar diretamente essa diferença para fundamentar a realocação de recursos entre as unidades.

Verificou-se, contudo, que os campi estão localizados em regiões com características distintas e apresentam diferenças relevantes de infraestrutura e de condições operacionais.

Considerando a NBC TSP 34 - Custos no Setor Público, analise as afirmativas a seguir.

I. Para garantir a qualidade da análise comparativa entre os campi, a instituição deve aplicar modelo de gerenciamento de custos padronizado às unidades comparadas.

II. A diferença observada no custo por estudante, isoladamente, não é suficiente para sustentar a conclusão do gestor, pois a interpretação dos custos deve considerar especificidades decorrentes, entre outros fatores, das condições geográficas, da infraestrutura e das condições operacionais das unidades.

III. As diferenças estruturais e operacionais entre os campi impedem a utilização da análise comparativa para subsidiar decisões sobre alocação de recursos, ainda que sejam adotados critérios consistentes de mensuração e consideradas as especificidades das unidades.

IV. Se o custo por estudante representar a mensuração de um objeto de custo final para fins de comparação, recomenda-se a adoção do custeio por absorção integral, de modo que os custos comparáveis resultem da atribuição dos custos finalísticos e de suporte.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

49. Ao realizar a conferência das obrigações tributárias de uma autarquia federal, o setor de contabilidade constatou que determinada informação havia sido transmitida incorretamente na EFD-Reinf. A escrituração já havia sido encerrada e a respectiva DCTFWeb já havia sido transmitida.

Diante da inconsistência, tornou-se necessária a correção da informação transmitida e de seus reflexos na DCTFWeb.

Considerando as orientações da Receita Federal acerca da integração entre a EFD-Reinf e a DCTFWeb, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ajustar diretamente a informação na DCTFWeb transmitida, mantendo inalterada a EFD-Reinf que originou a apuração.
- b) Cancelar a DCTFWeb transmitida e apresentar nova declaração, mantendo inalterado o movimento encerrado da EFD-Reinf.
- c) Corrigir inicialmente a DCTFWeb e, em seguida, retificar a EFD-Reinf para compatibilizar as informações entre as duas obrigações.

d) Reabrir o movimento da EFD-Reinf, retificar o evento transmitido com erro e encerrá-lo novamente, de modo que a nova apuração sensibilize automaticamente a DCTFWeb e dê origem a uma declaração retificadora.

e) Retificar diretamente a DCTFWeb e manter a EFD-Reinf encerrada, desde que os documentos comprobatórios da operação permaneçam arquivados pela entidade.

50. Próximo ao encerramento do exercício, o contador responsável pela unidade contábil de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia recebeu documentos e peças contábeis elaborados por outro setor, sem sua participação no processo de elaboração. Em razão da necessidade de cumprimento de prazo institucional, foi solicitado que os assinasse imediatamente.

Ao examiná-los, o contador verificou que os trabalhos não haviam sido submetidos à sua orientação, supervisão ou revisão e identificou a necessidade de obter documentos e informações adicionais antes de concluir sobre a adequação de seu conteúdo. O responsável pelo setor de origem argumentou que poderia assinar as peças caso o contador não o fizesse, embora não possuisse habilitação para o exercício das atribuições contábeis correspondentes.

Considerando os deveres e as vedações estabelecidos pela NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador, analise as afirmativas a seguir.

I. O contador deve obter os documentos e as informações necessários para inteirar-se das circunstâncias pertinentes antes de emitir opinião sobre o caso, não sendo o prazo institucional suficiente para afastar esse dever profissional.

II. O fato de as peças terem sido elaboradas por outro setor não impede, por si só, sua posterior assinatura pelo contador, desde que os trabalhos sejam submetidos à sua orientação, supervisão ou revisão e estejam presentes as demais condições necessárias para que possa assumir tecnicamente o ato.

III. A identificação formal do setor responsável pela

elaboração permite ao contador assinar as peças sem submetê-las à sua orientação, supervisão ou revisão, desde que não se atribua a ele a autoria material dos documentos.

IV. A substituição da assinatura do contador pela do responsável pelo setor de origem não constitui solução compatível com a Norma se implicar facilitar o exercício da profissão contábil por pessoa não habilitada.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.